

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2009
(Do Sr. Fernando Coruja)

Requer informações ao
Ministro da Fazenda sobre o
atraso na restituição do Imposto
de Renda.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhada ao Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, por intermédio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações sobre as seguintes questões relativas ao atraso na restituição de Imposto de Renda de milhões de contribuintes brasileiros.

- a) Quando irão ocorrer todas as restituições de imposto de renda?
- b) Como devem proceder os contribuintes que anteciparam a restituição do imposto de renda mediante crédito ofertado por instituições financeiras, inclusive bancos oficiais?
- c) Quais os critérios adotados na escolha dos contribuintes que tiveram sua restituição adiada?
- d) As restituições, excetuando a de contribuintes que caírem na malha fina, serão todas realizadas em 2009?
- e) Qual o montante de recursos a serem restituídos?
- f) Qual o montante de contribuintes que ainda não receberam suas restituições de imposto de renda?

JUSTIFICAÇÃO

Na semana passada fomos surpreendidos pelo noticiário da imprensa com declarações do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o governo federal estaria postergando a restituição de imposto de renda de milhões de contribuintes brasileiros. Segundo o Ministro, diante da queda de arrecadação provocada pela crise mundial, o governo está com dificuldades de caixa e, portanto, precisaria estabelecer um novo cronograma de desembolso das restituições de imposto de renda. Segundo dados divulgados pela imprensa, os

desembolsos efetuados de junho a outubro de 2008, o montante de transferido pelo governo às pessoas físicas que fazem juz à devolução de Imposto de Renda foi 21,7% menor neste ano de 2009. As reduções mais acentuadas no fluxo de pagamentos ocorreram em agosto (-58%) e setembro (-68%). Dos cerca de R\$ 15 bilhões que o erário devia a esse conjunto de contribuintes, apenas R\$ 5 bilhões foram saldados. Segundo algumas matérias publicadas, o governo estaria disposto a deixar que pelo menos R\$ 3 bilhões sejam pagos apenas em 2010.

Diante destes fatos, algumas considerações merecem ser feitas. A primeira refere-se a total falta de respeito demonstrada pelo governo com o contribuinte. Isto porque, estes recursos da restituição não são do governo, mas sim dinheiro do contribuinte que, por diversas razões, pagou a mais o que devia de imposto a ser recolhido no ano passado. Enfim, não há nada mais grave quando um governo confisca o dinheiro do cidadão para fazer frente a desequilíbrios fiscais produzidos pela sua própria má gestão. Não há, portanto, justificativa plausível para ato de tamanha violência que coloca em lados opostos o todo poderoso estado e, de outro, os simples cidadãos.

Em segundo lugar, a pergunta que devemos fazer é a seguinte: que culpa tem o cidadão se o governo desenorou tributariamente diversos setores e expandiu os gastos públicos de maneira irresponsável? Os dados estão aí para todos verem. Só para termos uma idéia, o percentual de despesas com pessoal em relação ao PIB passou de 4,6% do PIB, média do governo Lula, para 5,11% do PIB, estimativas para o ano de 2009. Só os aumentos do funcionalismo público federal concedidos tomarão R\$ 20 bilhões dos contribuintes. Este aumento não seria problema se o governo tivesse recursos para dar o mesmo tratamento aos aposentados ou aos simples contribuintes.

Cabe, ainda, ressaltar a total falta de isonomia de tratamento entre aqueles que devem ao erário e aqueles cujos recursos estão sendo retidos pela Receita Federal. Para este governo parece valer a máxima de que manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Ao cidadão comum que se sentir lesado por este comportamento altamente condenável do governo restará procurar à justiça para fazer valer os seus direitos.

Assim sendo, o presente requerimento de informações se faz necessário para que o Ministro de Estado da Fazenda possa esclarecer estas questões que são de evidente interesse desta Casa.

Sala das Sessões, em de outubro de 2009.

Deputado Fernando Coruja
PPS/SC